Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

UBS Brasil Banco de Investimento S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2016 e 2015 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial 30 de junho de 2016

	d		

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais consolidados	4
Demonstrações consolidadas do resultado	6
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	



São Paulo Corporate Towers

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e Acionistas do UBS Brasil Banco de Investimento S.A. São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do UBS Brasil Banco de Investimento S.A. (o "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seia planeiada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do UBS Brasil Banco de Investimento S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam o fato de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O UBS Brasil Banco de Investimento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de agosto de 2016.

São Paulo, 4 de outubro de 2016.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Kátia Sayuri Teraoka Kam Contadora CRC-1SP272354/O-1

Balanços patrimoniais consolidados do Conglomerado Prudencial 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		473.433	497.326
Disponibilidades	4	2.800	4.927
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		79.183	120.000
Aplicações no mercado aberto	5	79.183	120.000
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6	63.498	67.252
Carteira própria		63.498	67.252
Outros créditos		327.493	304.660
Rendas a receber		14	2
Negociação e intermediação de valores	7	314.619	288.772
Diversos	8	12.860	15.886
Outros valores e bens		459	487
Despesas antecipadas		459	487
Realizável a longo prazo		90.019	37.008
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6	62.729	18.698
Vinculados à prestação de garantias		62.729	18.698
Outros créditos		27.290	18.310
Negociação e intermediação de valores	7	16	38
Diversos	8	27.274	18.272
Permanente		4.663	7.059
Investimentos		<u>-</u>	
Outros investimentos		130	130
(-) Provisão para perdas		(130)	(130)
Imobilizado de Uso	9	4.314	6.339
Outras imobilizações de uso		9.777	9.798
(-) Depreciações acumuladas		(5.463)	(3.459)
Intangível	9	349	720
Intangível		4.123	4.123
(-) Amortizações acumuladas		(3.774)	(3.403)
		568.115	541.393

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		339.410	312.354
Outras Obrigações		339.410	312.354
Fiscais e previdenciárias	10	3.565	3.127
Negociação e intermediação de valores	7	313.940	285.011
Diversas	10	21.905	24.216
Exigível a longo prazo		35.556	30.012
Outras Obrigações		35.556	30.012
Fiscais e previdenciárias	10	34.888	29.433
Diversas	10	668	579
Patrimônio Líquido		193.149	199.027
Capital		46.200	46.200
De domiciliados no País	13	46.200	46.200
Reserva de lucros		7.985	4.724
Ajuste de avaliação patrimonial		(19)	(27)
		54.166	50.897
Participação de não controladores		138.983	148.130
		568.115	541.393

Demonstrações consolidadas do resultado do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Receitas de intermediação financeira		16.241	10.351
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		16.268	10.355
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(27)	(4)
Despesas de intermediação financeira		_	82
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	82
Resultado bruto da intermediação financeira		16.241	10.433
Outras receitas/despesas operacionais		(26.667)	(13.137)
Receitas de prestação de serviços	15	58.194	59.687
Despesas de pessoal	16	(32.889)	(30.540)
Outras despesas administrativas	17	(47.653)	(40.368)
Despesas tributárias	18	(8.028)	(6.540)
Outras receitas operacionais	19	4.689	5.169
Outras despesas operacionais	20	(980)	(545)
Resultado Operacional		(10.426)	(2.704)
Resultado não Operacional		(18)	<u>-</u> .
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	_	(10.444)	(2.704)
Imposto de renda e contribuição social		1.983	2.131
Impostos e contribuições sobre a renda corrente	12	(1.356)	(976)
Imposto de renda		(748)	(606)
Contribuição social		(608)	(370)
Impostos e contribuições sobre a renda diferidos	12	3.339	3.107
Imposto de renda		1.855	1.942
Contribuição social		1.484	1.165
Atribuível a:			
Instituição líder		1.650	1.476
Não controladores		(10.111)	(2.049)
Prejuízo dos semestres		(8.461)	(573)

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

			Reservas	de lucros					
	Nota	Capital	Legal	Outras	Ajustes ao valor de mercado	Lucros acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total
Saldo no início do semestre em 1º de janeiro de 2016		46.200	317	6.018	(20)		52.515	149.137	201.652
Ajustes no valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	1	-	1	(43)	(42)
Lucro (prejuízo) do semestre		-	-	-	-	1.650	1.650	(10.111)	(8.461)
Destinações: Reserva legal		-	83	-	-	(83)	-	-	=
Reserva especial de lucros				1.567		(1.567)			
Saldo no final do semestre em 30 de junho de 2016		46.200	400	7.585	(19)		54.166	138.983	193.149
Saldo no início do semestre em 1º de janeiro de 2015		46.200	162	3.086	(30)		49.418	54.454	103.872
Aumento de capital	13	-	-	-	-	-	-	95.731	95.731
Ajustes no valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	3	-	3	(6)	(3)
Lucro (prejuízo) do semestre		-	-	-	-	1.476	1.476	(2.049)	(573)
Destinações: Reserva legal		-	74	-	-	(74)	-	=	-
Reserva especial de lucros				1.402		(1.402)			
Saldo no final do semestre em 30 de junho de 2015		46.200	236	4.488	(27)		50.897	148.130	199.027

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo dos semestres		(8.461)	(573)
Ajustes por:			
Atualização de depósitos judiciais		(938)	(738)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.339)	(3.107)
Provisões para processos cíveis e fiscais		1.282	723
Atualização de passivos contingentes		1.417	1.138
Reversão de provisão para devedores duvidosos		-	(82)
Provisões (reversões) para bônus		(13.072)	(10.305)
Ajuste ao valor de mercado - TVM disponível para venda		(42)	(3)
Depreciações e amortizações		1.488	783
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.356	976
Prejuízo ajustado nos semestres		(20.309)	(11.188)
Variações em:			
Títulos e valores mobiliários e derivativos		(34.325)	(31.396)
Outros créditos		(183.436)	(162.724)
Outros valores e bens		(375)	440
Outras obrigações		180.375	162.873
		(37.761)	(30.807)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(58.070)	(41.995)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(30)	(5.616)
Aquisição de intangível	<u> </u>	<u> </u>	(43)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30)	(5.659)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	<u> </u>	- -	95.731
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	95.731
Redução / (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(58.100)	48.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		140.083	76.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	81.983	124.927
Redução / (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(58.100)	48.077

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

UBS Brasil Banco de Investimento S.A. (o "Banco"), é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas, bem como aqueles serviços permitidos aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo operações de câmbio, e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio, quotista ou acionista, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para o retorno do Grupo UBS ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio do Grupo UBS Brasil. O UBS AG vem realizando e irá realizar os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora").

A UBS Brasil Corretora tem como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcios com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, intermediar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras do UBS Brasil Banco de Investimento S.A. e da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., que requer a consolidação de entidades financeiras de um mesmo grupo econômico, independentemente de suas participações societárias, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, associadas às normas e instruções do CMN e do BACEN, quando aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com clientes e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial contemplam as operações das empresas demonstradas a seguir, que foram registradas no UNICAD:

- UBS Brasil Banco e Investimento S.A. instituição líder;
- UBS Brasil Corretora de Câmbio, Título e Valores Mobiliários S.A participante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas-Continuação

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. As demonstrações financeiras individuais do UBS Brasil Banco de Investimento S.A. e da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foram publicadas em 01 de setembro de 2016, no jornal "Diário de Notícias".

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 4 de outubro de 2016.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para clientes, provisão para contingências, crédito tributário, estimativas de valor justo para títulos e valores mobiliários, outras provisões e determinação da vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa semestralmente as estimativas e premissas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Conglomerado para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão de desvalorização, quando aplicável.

e) <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dessa valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos disponíveis para venda são apresentados no ativo circulante em virtude da entidade utilizálos na sua gestão de caixa.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Permanente

Investimentos - representados, substancialmente, por investimentos em incentivos fiscais e provisionado perda de 100%.

Imobilizado de uso - são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária.

Intangível - são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, à taxa de 20% a.a.

i) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando as instituições possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social: a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões A provisão para imposto de renda foi constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi constituída a alíquota de 15% até agosto de 2015, passando a 20% a partir de setembro de 2015. Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06 do CMN.

Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS): são calculados sobre as receitas do Conglomerado, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Impostos Sobre Serviços (ISS): são calculados com base nas receitas sobre prestação de serviços à alíquota de 5%.

k) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

I) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), o Conglomerado testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do semestre.

No semestre não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Passivos e ativos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo:

Ativos: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos: são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias, representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

n) Fluxos de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa o Conglomerado utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (i) Transações que não envolvem caixa:
- (ii) Quaisquer diferimento ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros;
- (iii) Itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento.

o) Lucro/(prejuízo) por ação

O Conglomerado efetua os cálculos do lucro por ação - utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, no final do período correspondente ao resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades		
Depósitos bancários	116	4.049
Reservas livres	2.684	878
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras Financeiras do Tesouro	75.994	-
Letras do Tesouro Nacional	3.189	120.000
	81.983	124.927

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	75.994	-
Letras do Tesouro Nacional	3.189	120.000
	79.183	120.000

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são representados por:

	2016		201	5
Vencimento	Valor de custo / curva atualizado	Valor de mercado	Valor de custo / curva atualizado	Valor de mercado
Acima de 365 dias	63.541	63.498	67.302	67.252
Acima de 365				
dias	62.804	62.729	18.704	18.698
	126.345	126.227	86.006	85.950
	Acima de 365 dias Acima de 365	Vencimento Vencimento Valor de custo / curva atualizado Acima de 365 dias 63.541 Acima de 365 dias 62.804	Vencimento Valor de custo / curva atualizado Valor de mercado Acima de 365 dias 63.541 63.498 Acima de 365 dias 62.804 62.729	Vencimento Valor de custo / curva atualizado Valor de mercado Valor de custo / curva atualizado Acima de 365 dias 63.541 63.498 67.302 Acima de 365 dias 62.804 62.729 18.704

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos-Continuação

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 65 (R\$ 27 em 2015).

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

No semestre não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

7. Outros créditos e outras obrigações - negociação e intermediação de valores

	2040	2045
	2016	2015
Ativo circulante		
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores	314.619	288.772
Bolsas - depósitos em garantia	200	200
Caixa de registro e liquidação	=	129.770
Devedores conta liquidações pendentes	294.347	158.786
Operações com mercado e ativos financeiros	20.072	-
Operações de intermediação de swap	-	16
Ativo realizável a longo prazo		
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores	16	38
Operações de intermediação de swap	16	38
Passivo circulante		
Outras obrigações:		
Negociação e intermediação de valores	313.940	285.011
Caixa de registro e liquidação	49.204	27
Comissões e corretagens a pagar	649	1.460
Credores conta liquidação pendente	264.087	278.383
Operações com mercado e ativos financeiros	-	5.141

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

8. Outros créditos - diversos

	2016	2015
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	849	840
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12)	9.541	11.352
Impostos a compensar	953	971
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 14)	94	-
Outros	1.423	2.723
	12.860	15.886
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12)	5.399	=
Depósito judicial (Nota 11)	21.875	18.272
	27.274	18.272

9. Permanente

a) Imobilizado e intangível

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os saldos do imobilizado e intangível estão representados por:

		2016			2015
	% anual de depreciação/amortização	Valor de custo	Depreciação/ amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos de uso	10	24	(4)	20	20
Sistema de comunicações equipamentos	20	2	(2)	-	-
Sistema de processamento de dados	20	9.751	(5.457)	4.294	6.319
Total		9.777	(5.463)	4.314	6.339
Intangível					
Software	20	4.123	(3.774)	349	720
Total		4.123	(3.774)	349	720

b) Movimentação do imobilizado e intangível

Imobilizado de uso	2016	2015
Saldo no início do semestre	5.594	1.288
Adições	48	5.616
Baixas	(18)	=
Depreciação	(1.310)	(565)
Saldo no fim do semestre	4.314	6.339
Intangível	2016	2015
Saldo no início do semestre	527	895
Adições	-	43
Amortização	(178)	(218)
Saldo no fim do semestre	349	720

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. Outras obrigações

	2016	2015
Circulante		
Fiscais e previdenciárias	3.565	3.127
Impostos e contribuições sobre o lucro	1.021	976
Impostos e contribuições a recolher	2.544	2.151
Diversas	21.905	24.216
Provisão de pagamentos a efetuar	15.694	17.439
Despesas de pessoal	14.448	16.296
Outras despesas administrativas	151	151
Outros pagamentos	1.095	992
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	4.820	6.145
Contas a pagar - despesas administrativas	1.391	632
Exigível a longo prazo		
Fiscais e previdenciárias	34.888	29.433
Impostos e contribuições contingentes (Nota 11)	34.888	29.433
Diversas	668	579
Provisão para passivos contingentes (Nota 11)	668	579

11. Passivos e ativos contingentes e obrigações legais

As instituições na execução de suas atividades normais encontram-se envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista, como segue:

Obrigações legais - o Conglomerado vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão integralmente provisionados e apresentados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos". O Conglomerado, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

<u>Passivos contingentes</u> - relacionados a ações judiciais de natureza cível e trabalhistas, com base em informações dos assessores jurídicos e na análise das demandas, constituiu-se provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Passivos e ativos contingentes e obrigações legais--Continuação

O saldo das provisões constituídas e a movimentação no semestre foram:

	2016				
	Saldo inicial 31/12/2015	Adições à provisão	Atualização monetária	Saldo final 30/06/2016	Depósito judicial (ativo)
Fiscais e previdenciárias					
COFINS (1)	5.240	529	265	6.034	7.142
PIS (2)	7.502	375	361	8.238	-
CSLL 9/15% (3)	6.859	-	321	7.180	7.444
CSLL 9/20% (4)	559	334	43	936	772
IRPJ e CSLL (5)	6.258	-	227	6.485	6.501
IRPJ e CSLL (6)	5.623	-	200	5.823	-
Outros INSS	192			192	16
	32.233	1.238	1.417	34.888	21.875
Provisão para passivos contingentes					
Cível	624	44		668	
	624	44		668	
Total	32.857	1.282	1.417	35.556	21.875

	2015				
	Saldo inicial 31/12/2014	Adições à provisão	Atualização monetária	Saldo final 30/06/2015	Depósito judicial (ativo)
Fiscais e previdenciárias					
COFINS (1)	4.002	303	180	4.485	5.344
PIS (2)	6.114	353	306	6.773	-
CSLL 9/15% (3)	6.259	-	278	6.537	6.852
IRPJ e CSLL (5)	5.830	-	198	6.028	6.041
IRPJ e CSLL (6)	5.242	-	176	5.418	-
Outros INSS	192			192	35
	27.639	656	1.138	29.433	18.272
Provisão para passivos contingentes					
Cível	512	67		579	
	512	67		579	
Total	28.151	723	1.138	30.012	18.272

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Passivos e ativos contingentes e obrigações legais-Continuação

- (1) COFINS refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91. Em junho de 2013 a Liminar foi cassada e foi efetuado depósito judicial em relação ao tributo em discussão.
- (2) PIS refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS). Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei nº 9.701/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar nº 07/70.
- (3) CSLL refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras à partir de maio de 2008. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão.
- (4) CSLL refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008 e de 15% para 20% a partir de setembro de 2015. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes das Leis 13.169/15 e 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão.
- (5) IRPJ e CSLL referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da BM&F, acrescido de juros e multa. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13/97 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto pelas autoridades fiscais, a Administração, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em montante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente pela Administração.
- (6) IRPJ e CSLL referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da Bovespa, acrescidos de juros e multa, as quais não foi determinada pela Justiça a realização do depósito judicial.

Ativos contingentes - no semestre não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

 Em 30 de junho de 2016, o Conglomerado possui 2 ações trabalhistas no montante de R\$ 418 (R\$ 1.505 em 2015) e 11 ações cíveis, no montante de R\$ 1.286 (R\$ 1.501 em 2015), classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social

a) A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(10.444)	(10.444)	(2.704)	(2.704)
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	4.634	4.634	1.567	1.567
Provisão contingências PIS e COFINS	904	904	656	656
Provisão para bônus	8.609	8.609	10.305	10.305
Reversão provisão para bônus	(21.681)	(21.681)	(20.611)	(20.611)
Atual. passivos fiscais contingentes	1.417	1.417	1.138	1.138
Provisão cível	44	44	67	67
Atualização de depósitos judiciais	(936)	(936)	(738)	(738)
Prejuízo Fiscal e base negativa de CSLL	(17.454)	(17.454)	(10.320)	(10.320)
(+) Resultado Fiscal negativo da empresa participante	20.492	20.492	12.790	12.790
Lucro Real e Base de Cálculo CSLL	3.038	3.038	2.470	2.470
Encargos às alíquotas de 15% para IR	(456)	-	(370)	-
Adicional de 10% de IR	(292)	-	(236)	-
Alíquota de 15% para CS até Ago/2015 e de 20% a partir de Set/2015		(608)		(370)
Total	(748)	(608)	(606)	(370)
Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos Base de cálculo:				
Provisão para bônus exercício atual	(8.609)	(8.609)	(10.305)	(10.305)
Reversão de provisão para bônus exercício anterior	21.681	21.681	20.611	20.611
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(20.492)	(20.492)	(18.075)	(18.075)
Base de cálculo:	(7.420)	(7.420)	(7.769)	(7.769)
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CS (15% em 2015)	1.113	1.484	1.165	1.165
Adicional de 10% de IR	742		777	
Total	1.855	1.484	1.942	1.165

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram no semestre a seguinte movimentação:

	31/12/2015	Constituição	Reversão/utilização	30/06/2016
Provisão para bônus	9.757	3.874	(9.757)	3.874
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.791	9.222	-	11.013
Total	11.548	13.096	(9.757)	14.887

A previsão de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Projeção	2016	2017	2018	2019	Total
Créditos tributários - Provisão para bônus	-	3.874	-	-	3.874
Créditos tributários - Prejuízo Fiscal 2016	5.113	-	656	3.453	9.222
Créditos tributários - Prejuízo Fiscal 2014	<u>-</u> , _	501	1.290	<u>-</u>	1.791
Total	5.113	4.375	1.946	3.453	14.887

A Administração realiza periodicamente uma avaliação dos créditos tributários, tendo como premissa a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre lucro em montante que justifique a ativação de tais valores. Com base em suas projeções econômicas de resultado, considera que aferirá lucro tributável, dentro do prazo regulamentar, para absorver todos os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras.

O Conglomerado possui créditos tributários de IR e CS não contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias sobre demandas judiciais no montante de R\$ 16.000 (R\$ 12.005 em 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da controladora está representado por 46.200 (46.200 em 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas por uma acionista domiciliada no país.

O capital social de não controladores está representado por 18.480.278 (18.480.278 em 2015) ações nominativas ordinárias, subscritas por uma acionista domiciliada no país.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Corretora, realizada em 29 de abril de 2015, homologada pelo BACEN em 1º de junho de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Corretora no montante de R\$95.731, mediante emissão de 12.621.290 ações ordinárias.

Empresa	Capital Social	Ações ON
Controladora	46.200	46.200
Participação de não controladores	158.306	18.480.278

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do período, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria.

Juros sobre capital próprio

Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Dividendos mínimos

Os acionistas terão dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

14. Partes relacionadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2016	2015	2016	2015
Valores a receber de sociedades ligadas: UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. (3)(Nota 8)	94	_	858	637
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda. (3)	-	-	2.328	1.939
UBS AG Stamford (1)	-	-	195	-
Valores a pagar a sociedades ligadas:				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.(4)	(4.032)	(270)	(384)	(166)
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda.(4)	-	(5.875)	(26.917)	(23.616)
UBS AG Stamford	(788)	-	(2.737)	-
Negociação intermediação de valores:				
Devedores conta liquidação pendentes (2)	7.643	21.184	-	-
Comissões e corretagens a pagar (1)	(649)	(1.460)	-	-
Credores conta liquidação pendentes (2)	(39.589)	(16.360)	-	-

⁽¹⁾ UBS AG Stamford e UBS Limited.

⁽²⁾ Pessoal-chave da Administração e sociedades ligadas (basicamente UBS AG, London Branch).

⁽³⁾ Montante referente a reembolsos de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS Brasil.

⁽⁴⁾ Nota explicativa 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

14. Partes relacionadas -- Continuação

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social do Conglomerado.

No semestre encerrado em 30 de junho de 2016, o Conglomerado despendeu o montante de R\$ 3.834 (R\$ 1.443 em 2015) com remuneração às pessoas-chave da Administração, como segue abaixo demonstrado:

	2016	2015
Remuneração	1.173	427
Bônus	1.704	861
Encargos sociais	957	155
Total	3.834	1.443

15. Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Rendas de comissões de colocação de títulos	365	489
Rendas de corretagens de operações em Bolsas	57.716	57.772
Rendas de serviços diferenciados - pessoa física	110	176
Rendas de outros serviços	3	1.250
Total	58.194	59.687

16. Despesas de pessoal

	2016	2015
Despesa de pessoal - benefícios	1.659	2.088
Despesa de pessoal - encargos sociais	6.528	5.098
Despesa de pessoal - proventos	15.919	12.826
Despesa de pessoal - proventos - bônus	8.609	10.305
Despesa de pessoal - treinamento	18	19
Despesa de remuneração de estagiários	156	204
Total	32.889	30.540

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

17. Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas com aluguel	165	220
Despesas com comunicações	2.889	3.407
Despesas com processamento de dados	2.010	2.342
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	467	545
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.357	5.042
Despesas de serviços de terceiros	310	192
Despesas com serviços técnicos especializados	1.300	1.400
Despesas de viagem	1.001	1.122
Despesa com atualização monetária de passivos	1.396	1.138
Despesa com depreciação e amortização	1.488	783
Despesas administrativas - Intercompany (*)	29.960	23.782
Outras despesas	1.310	395
Total	47.653	40.368

^(*) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.

18. Despesas tributárias

	2016	2015
Despesas com impostos sobre serviços - ISS	2.910	2.984
Despesas de contribuição social - COFINS	2.996	2.805
Despesas de contribuição - PIS	487	455
Outras despesas tributárias	1.635	296
Total	8.028	6.540

19. Outras receitas operacionais

	2016	2015
Atualização de depósito judicial	938	738
Reversão de provisão de bônus	-	1.687
Recuperação de encargos e despesas - Intercompany (*)	3.382	2.576
Outras	369	168
Total	4.689	5.169

^(*) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

20. Outras despesas operacionais

	2016	2015
Despesas de erro operacional	734	372
Despesas de provisão processos judiciais - cível	44	67
Juros e multas sobre impostos	77	15
Outras	125	91
Total	980	545

21. Limites operacionais

Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basiléia II), o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou as Resoluções nos 3.380, 3.464 e 3.721, que tratam das estruturas para gerenciamento de riscos operacionais e de mercado e de crédito, respectivamente. O Banco Central do Brasil - BACEN, em 2013, incorporou os requerimentos de Basiléia III através da publicação das circulares que definem as novas metodologias de requerimento de capital para Risco de Crédito (Circular nº 3.644), Risco de Mercado (Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639 e 3.641) e Risco Operacional (Circular nº 3.640), bem como das Resoluções nº 4.192, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência, e da nº 4.193, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido a ser aplicado a partir de 1º de outubro de 2013.

O Conglomerado Prudencial, que tem como entidade líder a UBS Brasil Banco de Investimento S.A., utiliza como base o Patrimônio de Referência Exigido dividido por 9,875% (conforme cronograma de Basiléia III definido pelo Banco Central do Brasil), (11% em 2015) que é o patrimônio mínimo exigido pelo BACEN, e em 30 de junho de 2016, atingiu o índice de 76,01% (80,01% em 2015).

2046

2015

	2016	2015
Patrimônio de Referência - PR	186.512	194.514
Nível I	186.512	194.514
Patrimônio líquido	186.512	194.514
Nível II	-	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	24.230	26.743
Risco de crédito	2.934	3.579
Risco de mercado	-	-
Risco operacional	21.296	23.164
Margem	162.282	183.573
Ativo ponderado pelo risco	245.373	243.120
Índice de Basiléia	76,01%	80,01%

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos

O Conglomerado tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pelo Conglomerado. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços.

As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos do Conglomerado, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco (mercado, crédito e operacional), além de área específica para riscos de corretora. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos.

As informações relativas à estrutura de gestão de risco, de acordo com o disposto nos artigos. 4º da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, 6º da Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, 7º da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, 6º da Resolução nº 4.090, 24 de maio de 2012, e 18º da Circular 3.678, 31 de outubro de 2013, encontram-se disponíveis no sítio desta instituição na internet através do link http://www.ubs.com/br/pt.html.

a) Gerenciamento de riscos de mercado

O Conglomerado possui procedimentos específicos de gerenciamento de risco de mercado, atendendo à regulamentação local e às diretrizes globais do UBS. A estrutura de limites é desenvolvida de forma a refletir o apetite ao risco do Conglomerado, sendo aprovada pela Alta Administração.

Atualmente o Conglomerado possui duas carteiras: a de negociação (*trading*), de pequena relevância, composta por posições provenientes de erros operacionais, e de não-negociação (*banking*), composta pelo capital do conglomerado, aplicada em títulos públicos com juros flutuantes e operações compromissadas, usada na gestão do caixa. A gestão de risco é baseada em controles de limites de risco (que inclui simulações de estresse) e de exposição, monitorados e reportados diariamente à Alta Administração pela área de Risco de Mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por áreas independentes, sendo estas segregadas das áreas de negócio. O seu controle é executado em três níveis:

- Intradiário: monitoramento (que inclui simulações de estresse), em tempo real, das entradas em conta corrente e dos débitos pela clearings da BM&FBOVESPA e membro de compensação;
- Até D+ 3: rotina diária através da qual os saldos de liquidação são projetados até D+3, adicionalmente, há a avaliação dos fluxos sob cenários de estresse das liquidações; e
- Estratégico: modelos de gestão de liquidez, conforme a estrutura global do Conglomerado, com o suporte de comitê específico para a gestão de liquidez (ALCO).

c) Gerenciamento de riscos de crédito

A gestão da exposição ao risco de crédito é baseada em uma estrutura de limites desenvolvida de forma a refletir o apetite ao risco do Conglomerado. O monitoramento desses limites é realizado pela área de Risco de Crédito através de relatórios enviados diariamente à Alta Administração.

Cabe ressaltar, no entanto, que o risco de crédito incorrido pelo Conglomerado é pequeno, dado que a quase totalidade das operações realizadas estão no âmbito de câmaras de pagamento - CBLC e BM&F - nas quais a Corretora atua como intermediadora.

d) Gerenciamento de risco operacional

Como o risco operacional é uma consequência inevitável de se estar em operação, sendo seu gerenciamento um elemento central das atividades de negócio, o Conglomerado desenvolve em toda a empresa uma cultura de consciência de risco onde todos os colaboradores identificam, discutem, gerenciam e remediam riscos operacionais potenciais e reais. São utilizadas as taxonomias definidas através da Resolução CMN 3.380 para a categorização do risco operacional para o reporte local, que têm sua correspondência nas taxonomias globais do UBS.

O controle do risco operacional é realizado por unidade específica e segregada das funções de auditoria e de negócios. Todos os pontos relevantes, inclusive relativos a perdas financeiras e a planos corretivos das deficiências identificadas, são apresentados à Alta Administração em comitês ou relatórios específicos, como o relatório Controles Internos e Risco Operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial-Continuação 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

23. Gerenciamento de capital

A estrutura de gestão de capital consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional (Resolução 3.988/11). A estrutura abrange os impactos no capital das entidades de forma compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços ofertados aos clientes e dimensão da exposição a riscos, fornecendo uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações previstas pela Administração.

24. Outras informações

O Conglomerado concede benefício aos seus funcionários que aderiram ao plano de previdência complementar de contribuição definida. A despesa com a contribuição efetuada pela UBS Brasil CCTVM no semestre foi de R\$ 630 (R\$ 567 em 2015) e estão apresentadas em despesas de pessoal. O plano de previdência é administrado pela Mapfre Seguros S.A.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o UBS Brasil Banco de Investimento S.A, não possuía recursos de terceiros administrados de particulares, fundos e clubes de investimentos.

Bruno Costa Barino Diretor Ivânia Gomes Vilela CT CRC-1SP189400/O-9